

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
ÁREA: ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS
QUESTÃO RECLAMADA: 41

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
----------------------------------	--------------------------------	----------------------

PARECER DA BANCA ELABORADORA

O presente parecer tem o objetivo de ratificar o gabarito indicado a alternativa **D) Apenas III está correta, e I, II e IV estão incorretos**, com base nas normas contábeis vigentes, mais especificamente no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Análise das Afirmativas

I. Falso:

Conforme o **item 4.30** do CPC 00 (R2), o reconhecimento de um passivo por uma parte não implica, necessariamente, que outra parte deva reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor. Isso se deve à possibilidade de diferentes critérios de reconhecimento e mensuração. Esse item traz na sua íntegra que se a parte tem obrigação de transferir um recurso econômico, ocorre que outra parte (ou partes) tem o direito de receber esse recurso econômico. Contudo, um requisito para uma parte reconhecer o passivo e mensurá-lo a um valor específico não implica que outra parte (ou partes) deve reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor.

II. Falso:

O **item 4.45** do CPC 00 (R2) esclarece que a simples promulgação de uma legislação não é suficiente para criar uma obrigação presente. É necessário que a entidade tenha obtido benefícios econômicos ou realizado ações específicas. Esse item traz na sua íntegra que se a nova legislação é promulgada, surge uma obrigação presente somente quando, como consequência da obtenção de benefícios econômicos ou tomada de ação à qual essa legislação se aplica, a entidade tiver ou puder ter que transferir um recurso econômico que, de outro modo, não teria que transferir. A promulgação de legislação não é, em si, suficiente para atribuir à entidade uma obrigação presente. De modo similar, a prática usual, política publicada ou declaração específica da entidade do tipo mencionado no item 4.31 resulta na obrigação presente somente quando, como consequência da obtenção de benefícios econômicos, ou tomada de ação, à qual essa prática, política ou declaração se aplica, a entidade tiver ou puder ter que transferir um recurso econômico que de outro modo não teria que transferir

III. Verdadeiro:

De acordo com o **item 4.26** do CPC 00 (R2), um passivo é uma obrigação presente de transferir um recurso econômico em decorrência de eventos passados. Essa é uma definição essencial do conceito de passivo.

IV. Falso:

O **item 4.29** do CPC 00 (R2) destaca que a identidade da parte beneficiária não precisa ser conhecida para que um passivo seja reconhecido. A obrigação pode existir mesmo que a parte não seja identificada. Esse item traz na sua íntegra que a obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar. A obrigação é sempre devida à outra parte (ou partes). A outra parte (ou partes) pode ser uma pessoa ou outra entidade, grupo de pessoas ou outras entidades, ou a sociedade em geral. Não é necessário conhecer a identidade da parte (ou partes) para quem a obrigação é devida.

Conclusão

Diante da análise dos itens mencionados no CPC 00 (R2), conclui-se que o gabarito informado está correto, ou seja, **apenas a afirmativa III é verdadeira, enquanto as afirmativas I, II e IV são falsas**.

Dessa forma, **ratificamos a resposta correta como sendo a alternativa D**.

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
ÁREA: ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS
QUESTÃO RECLAMADA: 47**

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
PARECER DA BANCA ELABORADORA		

Após análise detalhada da questão e do recurso apresentado, constatamos que o enunciado da questão não apresenta ambiguidade e o gabarito oficial está correto, item A.

1. Imóvel no bairro comercial:

Em 01/01/2024, os diretores da empresa decidiram colocar o imóvel à venda, o que poderia levá-lo a ser classificado como Ativo Não Circulante Mantido para Venda. No entanto, para que o imóvel seja classificado como mantido para venda, ele deve atender aos seguintes critérios do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- A venda deve ser altamente provável;
- O ativo deve estar disponível para venda imediata nas condições atuais;
- A venda deve ocorrer dentro de 12 meses a partir da data da classificação.

CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada

7. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

8. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, com exceção do que é permitido pelo item 9, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

9. Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade e se houver evidência suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo. Como não há informações claras no enunciado sobre a probabilidade da venda ou se o processo de venda já estava em andamento, o imóvel não atende aos requisitos para ser classificado como Ativo Não Circulante Mantido para Venda.

Portanto, o imóvel no bairro comercial deve ser classificado como Ativo Imobilizado, conforme o CPC 27, no Balanço Patrimonial de 31/12/2024. Mesmo com a intenção de vendê-lo, ele continua sendo utilizado para as atividades da empresa até que os critérios de mantido para venda sejam cumpridos.

CPC 27- ATIVO IMOBILIZADO

Ativo imobilizado é o item tangível que:

- (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- (b) se espera utilizar por mais de um período.

2. Imóvel no bairro residencial:

Este imóvel estava alugado até o final do contrato de locação, que tem 24 meses restantes. Portanto, durante esse período, o imóvel continua a ser classificado como Propriedade para Investimento, conforme o CPC 28 - Propriedade para Investimento, pois está sendo utilizado para obter renda de aluguel.

Apesar da decisão de utilizar esse imóvel para as atividades da empresa após o término do contrato, ele permanece classificado como Propriedade para Investimento até o fim do contrato de aluguel e até que passe a ser utilizado nas operações da empresa, portanto, no Balanço Patrimonial de 31/12/2024, será classificado como Propriedade para

Investimento.

O CPC 28- PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e, não, para:

- (a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou
- (b) venda no curso ordinário do negócio

Dessa forma, não há fundamento para o pedido de alteração do gabarito da questão. Recurso Indeferido.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
ÁREA: ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS
QUESTÃO RECLAMADA: 48

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
---------------------------	-------------------------	---------------

PARECER DA BANCA ELABORADORA

Após análise detalhada da questão e do recurso apresentado, constatamos o gabarito oficial da questão 48 está correto, item B.

Venda a vista: R\$ 2.500.000,00

Venda a prazo: 4.000.000,00

Valor presente: $4.000.000/1,25 = R\$ 3.200.000,00$

Juros embutidos: R\$ 800.000,00

Juros mensais: $3.200.000 \times 0,937\% = R\$ 29.984,00$ ao mês (método da taxa efetiva)

Os juros do período de 01/12/2023 a 31/12/2023 deve ser reconhecido como receita financeira de dezembro/23 conforme o regime de competência.

CPC 12 (R1) - Ajuste a Valor Presente

Anexo

Este pronunciamento prevê a adoção do método de taxa efetiva de juros no registro inicial da operação. Assim, os juros embutidos na operação (receita ou despesa financeira) devem ser contabilizados de acordo com a taxa efetiva de juros relacionada à transação.

No caso de aplicação da técnica de ajuste a valor presente, passado o primeiro mês, o reconhecimento da receita financeira deve respeitar a taxa de juros da transação na data de sua origem (ou seja, 0,937% ao mês), independentemente da taxa de juros de mercado em períodos subsequentes. O valor presente tem relação com a taxa de juros específica intrínseca do contrato, considerando as condições na data de sua origem.

Dessa forma, não há fundamento para o pedido de anulação da questão. Recurso Indeferido.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
ÁREA: ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS
QUESTÃO RECLAMADA: 55

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
PARECER DA BANCA ELABORADORA		

Este parecer tem como objetivo ratificar o gabarito da questão 55, que aponta como correta a alternativa:

C) I é custo direto; II é despesa; III é despesa; e IV é perda.

A seguir, serão analisados os elementos com base nos conceitos contábeis de custos, despesas e perdas.

Análise das Afirmativas

1. I. Salário pago aos operadores de produção – Custo Direto

- **Justificativa:** O salário dos operadores que atuam diretamente na produção é considerado **custo direto**, pois pode ser claramente associado a um lote específico de produtos, como os fornos elétricos mencionados.

2. II. Despesas com serviços de internet e telefone – Despesa

- **Justificativa:** Os serviços de internet e telefone são considerados **despesas administrativas**, pois não estão relacionados ao processo produtivo, mas sim às atividades de gestão e suporte da empresa.

3. III. Embalagens para envio de produtos – Despesa

- **Justificativa:** As embalagens para envio dos produtos são classificadas como **despesas comerciais**, pois fazem parte dos custos de distribuição e logística, necessários para a entrega ao cliente, mas não fazem parte do processo de produção.

4. IV. Produtos danificados durante o transporte – Perda

- **Justificativa:** Produtos que sofreram danos irreparáveis durante o transporte são considerados uma **perda**, uma vez que não poderão gerar benefícios econômicos futuros e não podem ser recuperados ou vendidos.

Conclusão

A classificação dos elementos analisados está **correta**, conforme os conceitos contábeis estabelecidos. Assim, o gabarito C está devidamente ratificado, pois:

- **Custo Direto:** Salário dos operadores de produção (I).
- **Despesa:** Serviços de internet e telefone (II) e embalagens para envio (III).
- **Perda:** Produtos danificados durante o transporte (IV).

Dessa forma, confirma-se a alternativa correta:

C) I é custo direto; II é despesa; III é despesa; e IV é perda.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
ÁREA: ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS
QUESTÃO RECLAMADA: 60

GABARITO RATIFICADO (X)	GABARITO REVISADO (__)	ANULADA (__)
PARECER DA BANCA ELABORADORA		

Em relação ao recurso apresentado, em que se alega a anulação da questão 60, esclarecemos que a alternativa correta é a letra “C”, de fato, 30 meses, e o gabarito da questão **não deve ser anulado**.

Primeiramente, é importante destacar que o cálculo realizado para determinar o tempo de aplicação no regime de capitalização composta foi feito corretamente, conforme segue:

$$FV = PV \cdot (1+i)^n$$

onde:

- FV é o montante final (R\$ 104.878,38),
- PV é o valor presente (R\$ 50.000,00),
- i é a taxa de juros mensal (2,5% ou 0,025),
- n é o número de períodos (meses).

Substituindo os valores:

$$104.878,38 = 50.000 \cdot (1,025)^n$$

Resolvendo para n:

$$\frac{104.878,38}{50.000} = (1,025)^n$$
$$2,0975676 = (1,025)^n$$

Aplicando o logaritmo, obtemos:

$$n = \frac{\log(2,0975676)}{\log(1,025)} = 30,0000000404 \cong 30 \text{ meses}$$

A solução exata é de **30 meses**, sem necessidade de arredondamentos. É importante observar que, no contexto da questão, quando se pede para determinar o "tempo exato", a resposta correta deve ser interpretada como o **número inteiro de meses**, já que a questão não faz exigências quanto à precisão de dias adicionais.

Assim, a resposta de **30 meses** está correta, pois esse valor é o número inteiro mais próximo do cálculo exato, considerando o arredondamento adequado do tempo investido.

Em relação ao ponto mencionado sobre "8 dias a mais", o argumento do candidato não se aplica, pois o cálculo realizado não apresenta uma diferença de 8 dias. O valor de 0,27 mês corresponde a uma fração de mês, mas ao resolver a equação, o resultado obtido foi de 30 meses, sem necessidade de considerar dias adicionais. Portanto, o conceito de "tempo exato", neste caso, refere-se ao número inteiro de meses, e o arredondamento adequado leva diretamente à resposta de 30 meses, que é a resposta correta para a questão.

Assim, reiteramos que o gabarito da questão está correto e que a alternativa correta é a letra (c) **30 meses**.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
ÁREA: ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS
QUESTÃO RECLAMADA: 61

GABARITO RATIFICADO (X)	GABARITO REVISADO (__)	ANULADA (__)
PARECER DA BANCA ELABORADORA		
<p>O recurso, ora sob análise, refere-se a questão 61, onde o candidato solicitou a anulação da questão, conforme seu entendimento, por considerar a alternativa C como correta e não falsa como apresentado pelo gabarito oficial do concurso.</p> <p>Em resposta a solicitação do recurso, para a elaboração e resolução da questão 61 a legislação utilizada foi o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP). Conforme o item 4 Balanço Patrimonial, subitem 4.1 introdução, página 529 do MCASP (10ª edição):</p> <p style="text-align: center;"><i>O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.</i></p> <p>Já o item 5 Demonstração das Variações Patrimoniais, subitem 5.1 introdução, página 543 do MCASP (10ª edição), estabelece:</p> <p style="text-align: center;"><i>A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.</i></p> <p>Analisando a questão 61, item C, "... a demonstração das variações patrimoniais evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação." De acordo com o MCASP este item torna-se falso, pois refere-se ao balanço patrimonial e não a demonstração das variações patrimoniais, conforme apresentado na questão do concurso.</p> <p>Em resposta ao recurso, a Banca Examinadora, realizou cuidadosamente a análise e os argumentos apresentados pelo candidato, esta banca INDEFERE O RECURSO INTERPOSTO.</p>		

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
ÁREA: ÁREA 1 – CIÊNCIAS CONTÁBEIS
QUESTÃO RECLAMADA: 69

GABARITO RATIFICADO (X)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
PARECER DA BANCA ELABORADORA		

O recurso, ora sob análise, refere-se a questão 69, onde o candidato solicitou a anulação da questão em virtude do assunto abordado, conforme seu entendimento, apresentar ambiguidade no enunciado da questão.

Em resposta a solicitação do recurso, para a elaboração e resolução da questão 69 a legislação utilizada foi a NBC TSP Estrutura Conceitual, em atendimento ao conteúdo apresentando no edital. A questão tem conformidade com o capítulo 1 – Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual, no item 1.1 função a seguir especificado:

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), os quais devem ser elaborados com base no regime de competência. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicará estes conceitos no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) e nas demais disposições aplicáveis à elaboração e divulgação dos RCPGs. (Grifos nossos)

Diante do que estabelece a NBC TSP Estrutura Conceitual, em seu capítulo 1, item 1.1, a questão apresenta como resposta correta o item A – Competência, conforme acima especificado e em atendimento ao gabarito oficial publicado.

Em resposta ao recurso, a Banca Examinadora, realizou cuidadosamente a análise e os argumentos apresentados pelo candidato, esta banca INDEFERE O RECURSO INTERPOSTO.